

**PROJETO COLUMBIA, PROJETO UNESCO:  
Pesquisa Social Aplicada, Educação e Mudança Cultural no Brasil**

Jaci Maria Ferraz de Menezes.<sup>1</sup>

**RESUMO**

Este texto tem como objetivo analisar a criação e implantação da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, FDCBA, no final do Governo Octávio Mangabeira e a gestão de Anísio Teixeira na Secretaria de Educação e Saúde, no período decorrido entre 1947 a 1950. Discute, ainda, experiências históricas desenvolvidas no Brasil da década de 1950, em torno da presença de Anísio Teixeira, Florestan Fernandes e outros pesquisadores no Centro Brasileiro de Pesquisas Sociais do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais CBPE – INEP, e a participação deles na Campanha em Defesa da Escola Pública e na discussão nacional da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1961. De igual modo, discutir a necessidade de reestabelecermos o vínculo, sustentado por estes intelectuais, entre pesquisa e proposição de políticas educacionais, e, ainda mais, entre pesquisa e políticas de desenvolvimento social.

Palavras Chave: Redes de pesquisadores; Educação e mudança cultural programada; Minorias Ativas.

**RÉSUMÉ**

Ce texte vise à analyser la création et la mise en œuvre de la Fondation pour le Développement de la Science à Bahia, FDCBA en finale des administrations publiques Octavio Mangabeira e Anísio Teixeira et la gestion du Secrétariat à l'éducation et la santé dans la période allant de 1947 à 1950. Aborde également les expériences historiques développés au Brésil dans les années 1950, autour de la présence de Teixeira, Florestan Fernandes et d'autres chercheurs du Centre Brésilien de Recherche Sociale de l'Institut national de recherche pédagogique CBPE - INEP, leur participation à la Campagne pour la défense l'école publique et le débat national sur le droit des Directives et de Bases de l'Éducation nationale a finalement approuvé en 1961. Voulez-vous discuter de la nécessité reestabelecermos alors le lien entre la recherche proposée et proposant des politiques éducatives, et, en outre, entre la recherche et les politiques de développement social.

Mots-Clés: Réseaux de chercheurs, de l'éducation et de la culture du changement programmées minorités actives.

A realização do PROCAD CAPES<sup>2</sup>, – em conjunto com a UNICAMPI, UESB, PUC-SP - tendo como tema uma revisita ao período governamental de Octávio Mangabeira na Bahia, nos permitiu reler as ações da Secretaria de Educação e Saúde, sob a coordenação de Anísio Teixeira. Voltávamos a um tema importante, para nós da UNEB e especificamente do Grupo Memória da Educação na Bahia: porque não se implanta a educação para todos, que tipo de relação entre educação e sociedade serviu de substrato aos embates políticos que impediram ou atrasaram a implantação da proposta de trabalho

do governo Mangabeira<sup>3</sup>. Mais ainda, o Programa de cooperação em pesquisa nos acerca da análise da criação de um elo de ligação entre pesquisa e planejamento, entre pesquisa e desenvolvimento no pós-guerra e nas condições concretas que vivia a Bahia.

O eleição de Octávio Mangabeira se realiza após a redemocratização do Brasil com o final do Estado Novo, pela deposição de Getúlio Vargas – após um período de exceção com a duração de pelo menos oito anos (1937 a 1945) e que se implantou em reação ao momento democrático entre 1934 e 1937, ou seja, após a Constituinte de 34 e o pequeno momento de liberdade e de luta por transformações sociais que se seguiu. Idas e vindas que revelavam os conflitos de interesses e de formas mais ou menos autoritárias na condução do país. Ou seja, o final da 2ª. Guerra Mundial tornara inviável ao Brasil, pelas alianças assumidas, a manutenção de um governo totalitário.

Neste novo momento democrático, se recoloca em discussão projetos para o sistema educativo e para a educação pública no país. A Constituinte de 1934 conseguira a aprovação quase integral do projeto de capítulo de Educação proposto pela Associação Brasileira de Educação – ABE: Educação como direito de todos e como dever do Estado. A proposta tinha como suporte a ideia de que as pessoas igualmente eram seres que aprendem, que se aperfeiçoam; e que o processo educativa tinha por fundamento a Ciência; que era possível e necessário formar educadores e dar autonomia técnica e financeira à Educação para que os pudessem traçar rumos e organizar práticas, garantindo o igual acesso e a aprendizagem na educação escolar, como tarefas profissionais.

Este ideário, vindo das proposições dos educadores da Escola Nova, resultou, do ponto de vista da Constituição de 1934, na proposição e organização do sistema nacional de Educação; na destinação de recursos públicos para a educação, na instituição de Fundos para garantir a sua manutenção, na organização de organismos colegiados para a sua administração, na afirmação da necessidade de equilibrar conhecimentos de interesse nacional com a importância da presença de saberes locais, de saberes práticos a conhecimentos básicos. Em suma, um programa completo. No centro da cena, a Associação Brasileira de Educação.

Durou pouco. Depois da Constituição votada, eleito o presidente da república, instaladas as constituintes estaduais, preparadas as constituições, eleitos os governadores, mal se havia começado a experimentar a vida democrática, e menos de dois anos depois, em 1937, se dá o golpe de estado. Novamente vivendo em estado de exceção, com os líderes em exílio externo – caso de Anísio Teixeira; ou fora do país, no caso de Octávio Mangabeira, considerado como o grande opositor a Getúlio Vargas.

O momento do pós-guerra traz novas expectativas da possibilidade da democracia. Com a deposição de Getúlio, voltam os exilados; se instala nova Constituinte, eleitos para ela membros do partido comunista que voltam à legalidade. Na bancada da Bahia Jorge Amado, Carlos Marighela, de Pernambuco, Gregório Bezerra. Octávio Mangabeira e Nestor Duarte também. No debate da nova constituinte, o capítulo de Educação não consegue ser tão completo quanto o de 1934, o debate conta com um adversário às suas ideias, no caso o ex-ministro de Educação Gustavo Capanema. Os mandatos dos deputados comunistas são cassados em 1948, com o fim da legalidade do Partido.

Antes de sua participação no governo de Mangabeira, Anísio Teixeira recebe convite para participar da construção da ONU-UNESCO. Falam sobre isto Hermes Lima, em “Anísio Teixeira, o Estadista da Educação;” e Luis Viana Filho, no livro “Anísio Teixeira, a Polêmica da Educação”. Segundo eles, teria Anísio recebido o convite em Nova Iorque e ido diretamente para Londres, onde recebe o convite feito por Julian Huxley. Para ele, convite inteiramente inesperado, cuja origem atribui a Paulo Carneiro<sup>4</sup>, embaixador do Brasil junto à UNESCO, trabalhando na sua organização.

A respeito do convite, diz Hermes Lima:

Ao termo da guerra em 1945, as atividades mineradoras perderam o ritmo. Em 1946, Paulo Carneiro solicitou a colaboração de Anísio nos serviços de implantação da Unesco, onde ele, por mais de ano, exerceu as funções de Conselheiro para o Ensino Superior. A vida em Londres, sem calefação, refazendo-se da guerra, era dura. Em 1947, viaja ao Amapá. O manganês da Serra do Navio o atraía. Tratava-se de viagem meramente exploratória conducente a um plano a ser articulado, pois a Simel não dispunha de condições financeiras exigidas pelo negócio. Aí recebeu o telegrama de Octavio Mangabeira, que acabava de empossar-se, convidando-o para Secretário da Educação. Aceitou. O país, iluminado pelo facho da vitória democrática, saía do Túnel do estadonovista. Achou de seu dever contribuir. (LIMA, Hermes, 1978, p. 142).

Luis Vianna publica mais informações<sup>5</sup>. Segundo ele, em junho de 1946, inesperadamente, Anísio recebeu uma carta de Julian Huxley convidando-o a colaborar na montagem da UNESCO. Transcreve trechos da carta de Anísio a Monteiro Lobato, então vivendo na Argentina, bem como a própria carta de Huxley a Anísio. São eles:

Anísio narrou a surpresa do destino: ‘No dia 12 de junho, para ser mais exato, de volta a Nova Iorque, ao meu pequeno hotel da rua 46, encontro uma carta de 4 páginas de Julian Huxley, escrita a mão, convidando-me para ser Conselheiro da Educação na UNESCO. Soubera de meu endereço no dia de seu regresso por avião a Londres e ainda estivera no hotel duas horas (...) como não chegasse, escreveu-me uma carta relatando como havia andado um mês a minha caça para me descobrir no dia de seu regresso a Londres. E assim me deparei com uma carta do Julian Huxley e um convite inacreditável do Destino. (VIANNA FILHO, 2008, p. 115).

Em outra carta destinada também a Lobato, Anísio continua o seu relato. Huxley escolhido para a UNESCO, comunicou ao Paulo Carneiro o seu desejo de escolher um brasileiro para o staff da nova instituição:

O Paulo deu-lhe o meu nome, creio que contou duas ou três cousas a meu respeito. O Huxley fixou-se em mim. No Brasil, o governo declarou desconhecer-me e indicou outros dois nomes. O Huxley resistiu e deixou o Brasil sem convidar ninguém, pois não me encontrara. (VIANNA FILHO, 2008, p. 115)

Luis Viana transcreve também a carta que Huxley deixara no hotel, datada de 12 de junho de 1946. Dela, seguem alguns trechos:

(...) Atualmente sou o Secretário Executivo da Comissão de preparação da UNESCO (Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas) e estou tentando organizar um Secretariado. Todo mundo me garantiu que seria o melhor possível que poderíamos conseguir na América Latina para a Seção de Educação e minha carta tem por finalidade oferecer-lhe o posto de Conselheiro de Educação. (...) O trabalho seria ajudar na Seção de Educação na elaboração de um relatório

que sirva de plano para a agenda da I Conferência da UNESCO em novembro, em Paris”... (...).(VIANNA FILHO, 2008, p. 115, 116).

Anísio aceita o convite, mas fica dividido quanto ao acerto de sua decisão. Vê com preocupação as limitações que a UNESCO já teria, com o início da guerra Fria; dos limites do orçamento do organismo internacional. Isto o faz desistir da permanência na UNESCO. Em dúvida quanto a dar continuidade a suas atividades privadas, recebe o convite, em 1947, para se o Secretário da Educação na Bahia.

Volta logo para a Bahia. Terminada a Constituinte Federal, começa a Estadual. Anísio colabora com o capítulo de Educação para o Estado. Aqui, se retoma os princípios da Constituição de 34 e do Manifesto: o capítulo da Bahia é mais avançado do que o brasileiro. No entanto, no momento da aprovação da legislação complementar da área da educação, - Lei Orgânica do ensino, Lei de Reforma do ensino médio, etc -, as propostas não são aprovadas pela Assembléia Legislativa, apesar da eleição de Mangabeira se ter dado na coalizão dos dois partidos majoritários, UDN e PSD. A maioria não garante a aprovação. Executam-se projetos, mas não existe, na prática, a reforma estrutural pretendida e desejada por Anísio Teixeira, que trazia no centro a tensão entre modernidade e tradição.

No entanto, as dificuldades encontradas para realizar os planos na Bahia diante da oposição feita aos projetos de Lei Orgânica da Educação e da Lei do Ensino Médio, bem como na própria execução do Plano de Edificações Escolares, Anísio pensa em voltar à UNESCO em 1948. Apresenta a Octávio Mangabeira o novo convite feito, ao tempo em que discute a sua insatisfação como que fora conseguido para o seu projeto de educação naquela gestão; Escreve cartas, guarda rascunhos, avança na conversa de Octávio Mangabeira, que acaba convencendo-o a não ir para a UNESCO e encerrar o período governamental. Consegue, pela metade, apenas, começar o que pretendia fazer: um amplo trabalho tanto para a área da educação, como para a Saúde, e, principalmente, uma ampla discussão da questão cultural – a discussão sobre a modernidade e as transformações necessárias à Bahia.

Entre as cartas guardadas, reflexões sobre o governo Mangabeira, encontramos manuscrito, em rascunho, com correções feitas pelo autor.

Não sou homem para o diálogo quando eu próprio estou em causa. Daí não ter podido discutir com o senhor o problema de minha saída da Secretaria. Reduzi-me a ouvi-lo e dar-lhe uma impressão de anuência que, em parte, é verdadeira, mas, noutra parte, é apenas docilidade. Essa minha docilidade – que deve explicar muita coisa – traduz-se em algo como isto: “se ele acredita que eu possa fazer, vamos experimentar!”. Fico, assim, para a confiança em minha ação, mais dependente da confiança (do chefe do que da minha) [riscado no texto], que ela desperte e continuar a despertar nos outros e sobretudo perante quem sou responsável do que meu próprio julgamento.

.....  
Com o Calmon, a minha docilidade encontrou um diretor, como Pedro Ernesto um confiante, mas com o senhor não tenho nem o diretor Nemo confiante. Perco-me assim numa obediência sem lucidez, ( não só não consigo acompanhá-lo em seu otimismo, como não recebo direção) nem sou dirigido nem me dirijo e, contudo, obedeço... Por força, obedeço mal, obedeço errado e daí nada poder produzir...

Não posso deixar de admirar o seu modo de ser no governo; não posso deixar de admirar o seu programa de paz política<sup>6</sup>, mas receio que, como

nos partidos extremistas, os meios passem a fins e os fins sejam esquecidos. A paz política é indispensável para o trabalho, é o princípio. O sacrifício do trabalho à paz política é a consequência. Para qualquer programa de trabalho é essencial a aceitação do programa. Mas o programa divide, por sua própria natureza. Tal programa tem opositores. Força é separar os que o apoiam para a execução e os que o combatem para a crítica. É realizar com os que o apoiam. Impossível governar, sem descontentar. Mas descontentar em seu governo, é crime de lesa governador... Não se descontentará ninguém... Isto não é dito, mas é mais do que isto - é o clima, a atmosfera do governo. E o resultado não deixa de ser irônico - todos estão descontentes.(....)

(...) Mas não julgo que deva continuar a desservi-lo. Este convite da UNESCO - que não me apaixonou - constitui uma ... esta faço com minha demissão.<sup>7</sup> (MENEZES, 1989, p. 9-29).

Este texto não é aquele que afinal entrega a Mangabeira, embora o teor seja semelhante: Anísio reafirma o seu pedido a Mangabeira para que o libere e permita o retorno à UNESCO, o que afinal não acontece. O próprio Anísio aceita continuar na Secretaria da Educação e Saúde na Bahia, levando à frente parcelas de seu plano original sob a forte oposição na Assembleia Legislativa do Estado. Do episódio, fica a cópia de uma carta, datada de 27 de setembro de 1948, dirigida a uma colega da UNESCO, guardada também no seu arquivo pessoal:

Não sei se me decidi como devia, mas não creio haver escolhido o mais fácil nem o mais cômodo. O meu trabalho aqui é bracejar sozinho e sem maior esperança - mas julguei que devia a minha presença à Bahia (...) . Estamos em um destes momentos do mundo, em que no centro a confusão é maior do que na periferia e, daí, ser mais possível trabalhar-se nesta fímbria distante do planeta do que neste foco iluminado e trágico que é Paris, ou que seria Nova Iorque, Londres ou Moscou. E despede-se, depois de refletir sobre as dificuldades da UNESCO no que chama de sua contradição essencial - uma organização de paz mundial em um mundo que acredita no esforço permanente de guerra. (MENEZES, 1989, p. 9-29).

E despede-se:

Diga-lhes que sou, aqui, um pequeno mestre-escola, perdido em uma praia e distante, mas a ela arrastado pela mesma força confusa e tumultuosa que agita, nesse centro do mundo, cada um de vocês e a nossa grande UNESCO(...) E como receita para a nossa perplexidade, ainda não existe outra senão a de cumprir o que nos parece, no momento, o dever, custe o que custar.<sup>8</sup> (MENEZES, 1989, 9-29).

Ainda assim, com o apoio de Clemente Mariani, desenvolve uma série de atividades: um amplo programa de construção de prédios escolares, inclusive de escolas rurais. Interfere no projeto urbano montado para Salvador pelo Escritório de Planejamento Urbano de Salvador, EPUCS, do qual fazem parte Mário Leal e outros arquitetos modernistas, como Diógenes Rebouças; neste período decide sobre a localização dos Centros de Educação Popular, dos quais enfrenta a batalha de inaugurar, parcialmente, em 1950, três escolas classe das quatro previstas para o CECR, em terreno em litígio afinal resolvido por desapropriação na Caixa d'Água e no Corta Braço. O governo ainda cria os

Centros Regionais de Educação, começando a desapropriação das áreas dos mesmos em Itabuna; dá início à construção do Teatro Castro Alves, que deveria também estar vinculado à Escola do Garcia, afinal não construída, que lhe deveria ser contígua. A Lei Orgânica do Ensino não é aprovada; instala, assim, formas de descentralização do Ensino Secundário para criação de Ginásios de Bairro como Secções do Colégio da Bahia.

Fomentando no Estado a discussão sobre Modernidade, modernismo, realiza em 1948 a Semana de Arte Contemporânea, com exposições e conferências em vários espaços da cidade, sob o fogo de jornais oposicionistas que ironizavam com o que seria a Arte Moderna<sup>9</sup>; mas as críticas feitas, então, são resolvidas – encaminhadas – pela criação do Salão de Arte pela Secretaria, que se realiza no saguão do Hotel da Bahia, construído por Mangabeira, nos anos de 1949 e 1950, com uma dedicada aos artistas modernistas e outra à produção clássica da Escola de Belas Artes da Bahia.

### **O Projeto Colúmbia, o Projeto UNESCO e a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia.**

Ainda quanto ao convite referente ao seu retorno à UNESCO, Anísio também escreve a Paulo Carneiro, agradecendo-lhe a indicação. Os laços entre os dois vão surgindo sempre em torno a ações vinculados a organismos de pesquisa; Anísio o traz à Bahia, quando se dá a instalação da Fundação para o Desenvolvimento para a Ciência na Bahia<sup>10</sup>. Posteriormente, o nome e o vínculo surgem quando da organização do CBPE e dos CRPEs. Quanto à nossa fundação, tem um percurso que inicia em 1947.

Na Constituição da Bahia aparece a semente que conduz à criação da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia. No seu Ato das Disposições Transitórias, artigo 28, é prevista a criação de um fundo para aplicação em pesquisa, nos seguintes termos: “O estado, a partir de 1948 e por prazo não inferior a dez anos, acrescerá a todos os impostos um adicional de meio por cento destinado a, juntamente com outros recursos que a lei determinar e cuja aplicação regulará, integrar o fundo para pesquisas científicas”. (AZEVEDO, 1966, p.5).

Posteriormente, fica decidido que 50% dos recursos se destinavam à Fundação Gonçalo Moniz para pesquisas em medicina tropical. Cabe a Anísio Teixeira, enquanto Secretário de Educação e Saúde, regulamentar a aplicação da outra metade. Isto acontece, finalmente, através da Lei n. 347 de 13 de dezembro de 1950, que criava a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia. O mandato de Mangabeira terminava em fevereiro de 1951. Decretos 10 e 17 de janeiro de 1951 designam os membros do Conselho Diretor da Fundação que tomam posse em 25 de janeiro de 1951. A ela é atribuída a execução do convênio com a Columbia University, nosso projeto Colúmbia, que já se achava em andamento, através de termo já assinado com a Secretaria da Educação e Saúde, convênio esse assinado em 1949, o planejamento e início das atividades de pesquisa de campo em 1950, o Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia, foi apresentado e publicado em 1950 pelo Museu do Estado.

Parte de seus resultados foram publicados pela UNESCO em 1952, como resultado de outro projeto de pesquisa, associado ao que já estava em execução. Foram, assim, duas pesquisas: uma com a Colúmbia University, outra com a UNESCO; o segundo sai do interior do primeiro, a partir de questões de pesquisas já por ele definidas.

Em suma, ao apagar das luzes, em dezembro de 1950, cria-se a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia e para ela é atribuído como primeiro projeto, o convênio com a Universidade de Colúmbia, para a realização da Pesquisa sobre a Vida

Social na Bahia, cujo plano de trabalho foi apresentado no Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros em outubro de 1950. A sua atribuição à Fundação se dá, portanto, dois meses depois de elaborado o plano. É ainda publicado como parte da Coleção do Museu do Estado – número 11 – em 1950.

Nesta publicação, aparecem as bases para a sua realização, fixando a sua continuidade findo o período governamental por força de convênio com Instituição internacional, no caso a Universidade de Colúmbia, assinado desde 15 de junho de 1949, que lhe dava assim cobertura para a sua continuidade. Segundo o texto publicado pelo Museu do Estado, uma finalidade fundamental dessa pesquisa é fornecer uma base objetiva para o planejamento educacional e da saúde. Na linguagem do projeto,

Como ficou exposto acima, este programa de pesquisa destina-se primariamente a adquirir um conhecimento da sociedade e da cultura dos habitantes da região rural da Bahia e uma compreensão da dinâmica de mudanças de cultura que agora se verificam e que se podem esperar nesta ampla área do Brasil. Temos a esperança de que uma análise objetiva da vida social e da dinâmica da mudança cultural permitirá aos administradores estaduais organizar planos mais eficientes para atender às necessidades educacionais e sanitárias da grande população rural. De um modo geral, contudo, o programa de pesquisas espera contribuir para o nosso conhecimento do processo de mudança social e cultural, especialmente das mudanças relacionadas com o aparecimento de diferentes tipos de economia, da moderna tecnologia, de novas idéias e de concomitantes processos administrativos complexos em uma sociedade relativamente não desenvolvida do ponto de vista técnico. (WAGLEY, AZEVEDO, COSTA PINTO, 1950, p. 6).

Para a realização da pesquisa, o plano propõe também que o estudo se fizesse em diferentes regiões distintas entre si do ponto de vista ecológico, no interior mesmo do Estado da Bahia. Assim, é realizada uma divisão do Estado em seis regiões – Semiárido, região do São Francisco, o Recôncavo, Chapada Diamantina e uma região que resume sob o nome de Florestas do sul, que trabalharia a região da Mata Atlântica, adentrando do litoral até Vitória da Conquista.

Destas, o grupo em torno à Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia estudaria três; e a do São Francisco estaria a cargo de Donald Pierson – que fizera sua tese de doutorado sobre a relação entre brancos e pretos na Bahia e propositor do conceito de “regiões ecológicas”, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, sendo Pierson bolsista do Instituto Smithsonian, grande instituição de pesquisas sobre História Natural existente desde o século XIX nos Estados Unidos.

Participam do projeto Eduardo Galvão, pesquisador ligado ao Museu Nacional, ao qual Wagley estivera vinculado na década de 1930, na ocasião bolsista do Smithsonian; além de Luis de Aguiar Costa Pinto, da Universidade do Brasil. Assim, grandes instituições de pesquisas estavam presentes na rede de pesquisa que se formava. Na coordenação geral, além de Charles Wagley, Thales de Azevedo, antropólogo da Universidade da Bahia, criada em 1946.

O projeto Colúmbia – depois também projeto UNESCO - promove a realização de um estudo que implicava numa imersão na vida de comunidades de pequena população no interior da Bahia, denominadas de rurais e que estariam estagnadas, e sua comparação com outras pequenas comunidades que, por questões que iriam estudar, estavam crescendo do ponto de vista da riqueza material. No estudo da comunidade as relações sociais do dia a

dia eram observadas e descritas, comparando-se as comunidades **tradicionais** com as **progressistas**; essas “comunidades “progressistas” eram descritas como as que “ou mudaram rapidamente ou surgiram nas últimas décadas em resposta às solicitações das inovações” e, portanto, “nas quais se poderia os resultados da recente **mudança de cultura**, a qual ainda agora se estaria processando”. Para o estudo, levariam os coordenadores experiências anteriores de pesquisa: Thales de Azevedo, seu trabalho de 1949 sobre o “Povoamento da cidade de Salvador”, e Luis de Aguiar Costa Pinto, estudo sobre Sociologia e Mudança Social, publicado em 1947 na revista Sociologia.

Como resultado final esperado, o que se queria era “determinar a dinâmica dessas mudanças em cada zona e as diferenças e semelhanças do processo de uma zona para outra”. (WAGLEY; AZEVEDO; COSTA PINTO, p. 30). Para além desses objetivos, esperavam os pesquisadores “contribuir para um conhecimento mais sólido e científico da estrutura social e do funcionamento da sociedade brasileira, (...) [conduzindo] a uma melhor compreensão da estrutura e da dinâmica das relações humanas”. (WAGLEY; AZEVEDO; COSTA PINTO, p. 31).

O livro da Coleção do Museu do Estado da Bahia em 1950, ao tempo em que dá estado público ao Programa de Pesquisas, promete novas publicações com resultados dos trabalhos – promessa que não se concretiza, com a saída de Mangabeira do governo do Estado e a ida, posterior, de Anísio Teixeira para a CAPES e o INEP, e mesmo para auxiliar no projeto de Brasília (sistema educacional e Universidade) até a queda do governo constitucional em 1964 e o seu afastamento de suas funções públicas, até o falecimento em 1971.<sup>11</sup>

### **O projeto UNESCO e os seus desdobramentos.**

Como visto, durante a realização da pesquisa, outro grande projeto entra em cena, o projeto UNESCO, destacando as relações raciais no Brasil, que deveria ser afinal realizado na Bahia a partir dos trabalhos já em andamento além de pesquisa realizada diretamente por Thales de Azevedo sobre as elites de cor na Bahia. Os estudos seriam posteriormente realizados também no Rio de Janeiro e em São Paulo. A realização do projeto UNESCO articula e coloca o foco da análise da “estrutura e do funcionamento da sociedade brasileira”, como dito acima com relação à pesquisa com a Universidade de Colúmbia, na discussão sobre as relações entre raças e classes sociais, nos diversos espaços estudados, tanto nas regiões do interior da Bahia como em São Paulo, considerada já então uma cidade “moderna”, com grande presença de processos migratórios nacionais e internacionais e sob intenso processo de industrialização.

A pesquisa retoma questões postas por Donald Pierson na Bahia nos anos 1930<sup>12</sup> e pretende verificar se, de fato, temos relações cordiais entre os diversos grupos raciais presentes entre nós. Na Bahia, os resultados mostraram, nas cidades ditas tradicionais, a presença de grandes tensões entre os grupos sociais, nos quais raças e classes sociais são articuladas entre si formando dois grupos: os pretos-pobres e os brancos-ricos, com uma enorme pressão de baixo para cima em que critérios extra-econômicos são também acionados para marcar as diferenças e justificá-las, entre os quais a educação e a posse de diplomas.

Esta tensão está presente em todas as regiões estudadas a partir do Colúmbia - UNESCO, apesar da diversidade destas regiões e da presença de pequenas nuances nos resultados, como, por exemplo, na região do recôncavo a presença do que Hutchinson chama de “uma quase casta”, a dos proprietários das fazendas de açúcar, e da importância



da presença dos caboclos tanto no Recôncavo como nos trabalhadores sazonais na colheita de cana de açúcar; grupo que aparece mais fortemente nos estudos da região do semiárido, realizado por Ben Zimmermann. Nas duas regiões da Bahia, os caboclos – na realidade remanescentes da presença indígena nas regiões, mestiçados ou não – são melhor valorizados do que os negros. O que não ocorre no estudo relatado por Wagley e feito pelo mesmo na Amazônia e por ele incluído na publicação da UNESCO, completando a mostra da diversidade de relações no Brasil e do estabelecimento de relações de poder e subordinação entre os grupos sociais, tomando a cor da pele como critério para estabelecer diferenças - desigualdade - entre pessoas. Esta tensão surge mais intensamente nas descrições feitas por Marvin Harris das relações existentes na região montanhosa da Bahia, na chapada Diamantina. Os três estudos estão reunidos no livro organizado por Wagley e publicado pela UNESCO.

Charles Wagley<sup>13</sup>, refletindo sobre os resultados do estudo, chama, nas considerações finais do relatório publicado pela UNESCO, a atenção para a possibilidade do agravamento das tensões entre os dois grupos e uma possível tendência ao uso, no processo de afirmação de desigualdades, do critério raça, à medida que os critérios de maior educação e posse de diplomas fossem sendo atingidos pelo grupo que não os detinham.

De certo modo, Wagley, no seu relatório para a UNESCO, coloca uma expectativa de mudança nessas relações no Recôncavo da Bahia, onde se estavam instalando as usinas de açúcar com formato de indústria: assalariamento, reconhecimento de direitos trabalhistas (contestado em greves dos trabalhadores das usinas); e, em seguida, estas expectativas se ampliam pela chegada da exploração do petróleo. Estudos posteriores do próprio Costa Pinto, comentados e completados por outros autores<sup>14</sup>, mostram as limitações em termos da absorção da mão de obra por estes projetos, a paulatina decadência da região e o inchamento populacional da cidade de Salvador.

Em suma, a partir da Secretaria da Educação e da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia desenvolvem-se estudos sobre a Bahia com vistas à proposição de ações de mudança e de modernização a partir do Estado. Estes estudos são interrompidos. Mangabeira não faz seu sucessor, e os sucessores institucionais de Anísio Teixeira tampouco levam à frente seu projeto.

Anísio consegue depois, já no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, completar as construções de parte de sua obra. O Centro Regional de Caetité, a Escola Normal de Conquista, a de Jequié, a de Juazeiro, os Ginásios e, sobretudo, a Escola Parque; nela, a presença do moderno: a localização desta escola na antiga invasão demonstra que a mesma estava voltada para os muito pobres. A sua estrutura contempla o teatro, a biblioteca, a quadra de esportes e o setor de trabalho. O aprender fazendo, a partir do **princípio da experiência**, sob a influência do pragmatismo, marca a sua concepção pedagógica.

Além das ações de Anísio citadas acima, destacam-se também a Cidade da criança, herdeira da Cidade da Alegria, e a Escola Experimental do Centro Regional de Pesquisas Educacionais na Bahia, onde testa a educação integral, buscando a articulação escola e vida, cuidando do aluno referente à saúde, alimentação, fardamento e livros. Ademais, a arte moderna preside a vida cotidiana nessas escolas. A aliança com o projeto Modernista vai aparecer nos painéis de arte das diversas escolas, especialmente da Escola Parque na qual o setor de trabalho recebe cinco grandes murais assinados por Caribé, Mário Cravo Jr, Lygia e Carlos Bastos. Tais obras estão também presentes nas Escolas Classe.<sup>15</sup>

## O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE. FDCBA, CBPE e CRPEs - INEP: Trincheiras da luta da Escola para Todos? A Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública.

Os estudos da UNESCO no Rio de Janeiro e em São Paulo são afinal realizados por pesquisadores vinculados à universidade – Costa Pinto, da Universidade do Brasil e Florestan Fernandes e Roger Bastide, da Universidade de São Paulo – USP.

No processo, outra estrutura de estado para a realização de pesquisas voltadas para o planejamento da Educação é proposta e estruturada por Anísio Teixeira, com articulação de outros educadores e pesquisadores das relações sociais no Brasil: O CBPE. Esta construção pode ser vista nas cartas trocadas entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, reunidas e publicadas, com comentários e notas explicativas, por Diana Vidal.<sup>16</sup> Nelas podem ser encontradas desde as providências administrativas como afirmações sobre o trabalho pessoal dos dois educadores na instalação dos Centros Regionais da Bahia e de São Paulo, embora em articulação com outros educadores, como a própria Carmem Teixeira, na Bahia.

Encontramos, também, cartas que mostram o início da deflagrada Campanha pela Escola Pública. No mês de março 1951, numa carta da União Paulista de Educação que o encontrou fora da atividade pública, Anísio recebe convite para a comemoração dos vinte anos do Manifesto dos Pioneiros. Estranha um pouco – o ano do Manifesto não era 1932? Na carta seguinte, já está plenamente engajado no que depois viria a ser a Campanha:

Depois do telegrama da União Paulista de Educação, recebi carta do prof. Carranca, para ir a Santos acompanhá-los, com uma palestra. (...) Escrevi-lhe, escusando-me, porque não creio nestes movimentos esparsos e parciais. Chegamos a um ponto em que urge um balanço rigoroso da situação educacional, para planejar a sua reconstrução. (VIDAL, 2000, p.68).

E segue:

Não se pode negar que, de 32 para cá, houve certo progresso na área de consenso de opinião e também, talvez, na compreensão da dificuldade de reformular a educação, mas, ao mesmo tempo, e, quiçá como consequência, uma visível hesitação senão inibição diante da tarefa a realizar. Como o importante é muito difícil, tocou-se a fazer o acessório, o não importante, o apenas extraordinário, deixando-se o trabalho de base para quando for possível. Ora, isto é tudo o que há de mais perigoso. Cada vez será mais difícil a reconstrução, se perdermos de vista os problemas fundamentais. (VIDAL, 2000, p.68).

Por fim, conclui apontando que “o movimento agora devia ser por algo menos doutrinário que em 1932 e mais concreto, na ordem de levantamento da situação e planejamento do desenvolvimento educacional do país. Como porém seria isto possível?” (VIDAL, 2000, p.68).

Esta mesma carta que registra o momento de passagem entre a saída da Secretaria da Educação e Saúde da Bahia e a ida para a CAPES e o INEP descreve a sua atuação na Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, que busca a sua estruturação e a destinação de recursos na constituição para a pesquisa científica. Nesta mesma carta, constam citações dos dois projetos de pesquisa: o Projeto Colúmbia e o projeto UNESCO. Assim se refere a eles Anísio Teixeira:

Estou agora como Secretário-Geral desta Fundação cujo nome você vê aí no cabeçalho (...) Temos em desenvolvimento uma pesquisa social de comunidades, sob a direção de Charles Wagley da Colúmbia, de quem você já deve ter ouvido. E, além disto, o nosso inquérito-testemunho sobre relações inter-raciais, em convênio com a UNESCO. (VIDAL, 2000, p.69).

Poderíamos, hoje, entender este final da carta de Anísio como a descoberta de um caminho para a ação, uma ação política concertada, a partir de comunidades especializadas, nossas confrarias de artesãos do saber e de militantes em favor de uma educação de qualidade para todos, no Brasil e na Bahia?

Como deixa entendido Anísio no final da carta acima, inaugura-se para ele uma nova fase. Os dois projetos de pesquisa trazem, ao mesmo tempo, a inovação na temática e a inovação na metodologia. Quanto ao primeiro, o estudo sobre a relação tradição x modernidade a partir de espaços concretos no estado da Bahia, nos quais foram estudadas as relações sociais vigentes no Brasil, não nos grandes centros, mas no que seriam as pequenas comunidades onde urbano e rural se entrelaçavam. Do ponto de vista das formas de estudo, podem ser sublinhados os seguintes elementos metodológicos: a imersão nas comunidades, a pesquisa participante e o uso do conjunto de instrumentos trazidos pela Psicologia Social, que também se inaugurava no mundo do pós-guerra, ainda aturdido com a força das grandes massas humanas e a capacidade de mobilização das mesmas feitas durante o nazismo e o fascismo. Entre os conceitos, aparece fortemente o de Representações sociais, apresentado depois por Moscovici nas suas pesquisas, advindo do conceito de representações coletivas de Durkeim.

### **O projeto da UNESCO em São Paulo. Roger Bastide, Florestan Fernandes e outros pesquisadores.**

Outra “perna” do Projeto UNESCO de estudo das relações raciais é realizada em São Paulo. Aqui, agora, não são as pequenas comunidades entre rurais e urbanas do Brasil que são estudadas; é a grande cidade que vai se tornar o centro industrial do Brasil. Nela, vai ser empregada a mesma metodologia utilizada nos estudos na Bahia, mas agora enriquecida pela participação dos próprios grupos estudados na discussão do seu resultado: as lideranças do movimento negro se reúnem e discutem com os pesquisadores sua experiência de vida e militância. Além disto, instrumentos de observação e de levantamento de dados são aplicados a grupos de estudantes de nível superior e em pequenos escolares da cidade, com a participação de Carolina Martusceli, Virginia Bicudo e Aniela Guinsberg. Suas participações na aplicação e análise dos instrumentos de medida de Distância Social e a análise resultante são incluídas nos resultados da pesquisa, assim como são imediatamente publicadas, na íntegra, na revista Anhembi. Os resultados também são relatados no livro “Branços e Pretos em São Paulo”, publicado depois pela Companhia Editora Nacional, mais ou menos na mesma época em que a tese de Donald Pierson, *Branços e Pretos na Bahia*, foi editada.

Os resultados apresentados reafirmam a presença de preconceitos e estereótipos contra o negro no Brasil. No Centro Sul do Brasil, os mesmos aparecem sob a forma de chacota, de deboches depreciativos, mas a isto é acrescentada a análise do acesso à escolarização e as dificuldades no interior dela, tanto nos níveis mais altos como mesmo

nas relações entre os escolares da escola primária.<sup>17</sup> Florestan entende que os preconceitos identificados contra os negros em São Paulo desapareceriam na medida em que, ampliada e consolidada a industrialização, a sociedade de classes se instalasse de forma completa.

Já como diretor do INEP, Anísio convida uma série de intelectuais e pesquisadores para discutir e participar da criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – o CBPE. O Centro Regional de São Paulo, instalado no interior da Universidade de São Paulo, é entregue a Fernando de Azevedo, do Departamento de sociologia da USP, do qual Florestan Fernandes era o assistente. De modo semelhante, mais ampliado, e inclusive mais longo, entretanto, ao que fora feito na Bahia, o Centro passa a ser o lócus da discussão sobre política educacional no Brasil. Em torno das figuras de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, tem início a movimentação para a retomada da discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo projeto fora arquivado por iniciativa de Gustavo Capanema desde 1948. Para a coordenação da Campanha, que ganha grande força em todo o Brasil, o convidado é Florestan Fernandes. A Campanha de Educação para todos é coordenada justamente por Florestan ao lado de Roger Bastide, responsável pelo estudo da UNESCO-ANHEMBI sobre as relações raciais em São Paulo. A Lei de diretrizes e Bases entra novamente em pauta no Congresso Nacional e é aprovada finalmente em 1961. Anísio Teixeira diria: “Meia Vitória, mas vitória”.

Sua aprovação tem com principal benefício permitir o afastamento da legislação do Estado Novo sobre educação, até então vigente, e a possibilidade da aprovação de legislação estadual que, também como lei complementar à Orgânica do Ensino, é aprovada dois anos depois, em 1963. Nela, estão previstos a presença do Conselho Estadual de Educação como órgão máximo na direção da política educacional e o Fundo Estadual de Educação como forma de garantia da autonomia técnica e administrativa.

Também dura pouco. Toda luta empreendida pela Educação para todos e por escola pública de qualidade, que tomasse como princípio pedagógico a experiência, sofre novo corte em 1964. Tentativa de mediação feita por Luis Vianna Filho como governador do Estado em 1967 sofre novo golpe em 1969, quando do AI-5. A intervenção no seu governo afasta Luis Navarro de Britto da Secretaria da Educação do Estado da Bahia e provoca a prisão do professor Luis Henrique Dias Tavares, diretor do Departamento de Cultura e Ensino Superior. Artistas plásticos são perseguidos após vencer Bienal de Artes Plásticas. O projeto educacional toma novo rumo, com o controle dos Centros Integrados de Educação e a construção de Ginásios Polivalentes que, no projeto anterior, eram apenas parcela do novo Ensino Médio.

### **A Ciência Aplicada e a Educação como fatores de mudança cultural provocada. Florestan Fernandes, Anísio Teixeira e a Campanha em Defesa da Escola Pública. O pensamento de Karl Mannheim e o Planejamento.**

Procurando analisar e entender os acontecimentos relatados, que se estenderam por mais de três décadas no Brasil e na Bahia, nos aproximamos de dois debates teóricos empreendidos neste período. O primeiro, da mudança cultural planejada, presente em Florestan Fernandes; o segundo, de Minorias Ativas e a possibilidade de Mudança Social, trazido por Serge Moscovici, como arsenal teórico da área das Representações sociais.

Esta discussão nos levaria, primeiro, a entrar num novo patamar de trabalho, retomando as discussões levantadas por Florestan Fernandes, em Simpósio realizado no Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, ocorrido em setembro de 1959.

Ele se pergunta, inicialmente, em que sentido “ciência aplicada e educação podem ser descritas como fatores de mudança cultural provocada”, naquele momento em que a consciência dos problemas da educação brasileira se tornou especialmente aguda e que se deflagra a Campanha em Defesa da Escola Pública da qual o próprio Florestan se torna o coordenador, na intenção de promover um debate nacional sobre estes problemas e provocar o desarquivamento e a votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, paralisada no Congresso Nacional desde 1947.

Florestan articula, na sua exposição, a discussão sobre ciência pura e ciência aplicada para desfazer dúvidas sobre em que medida a Universidade, os Centros de pesquisadores e os pesquisadores da área da educação - mas também das demais áreas do conhecimento e em especial a área das Ciências Sociais - podiam ou deviam colocar o conhecimento a serviço do que chama de “mudança cultural provocada”, ajudando a promover mudanças no Brasil com relação a mudanças de mentalidade, mas também mudanças concretas na organização social.

Chamando a atenção para o fato de que entre nós os resultados da pesquisa científica tinham ficado muito preso à produção de novas tecnologias aplicadas e que o pensamento que se forma nos pesquisadores estaria muito voltado para o modelo do “pensamento inventivo”, haveria, para ele, um descolamento, um divórcio entre “teoria” e a sua “aplicação”, o que levaria os especialistas a desinteressar-se do destino prático de suas descobertas”, e que mesmo ao dedicar-se à aplicação do seu conhecimento (técnicos e inventores) tendessem a “ negligenciar (...) os alvos intelectuais e as obrigações morais que devem orientar as atividades dos homens de ciência” FERNANDES, 2005, p. 125-161.)

Reconhecendo que a busca da solução desta questão, no sentido da reconstrução da noção de ciência aplicada, estava no cerne da própria reconstrução do universo científico, Florestan chama a atenção de que a formação e o desenvolvimento das ciências sociais em si já representavam a mudança mais significativa no universo científico recente, ressaltando que sua presença provocou uma mudança na relação entre teoria e aplicação, de um lado, por deixar de ser um mero processo técnico, de outro, “a previsão deixou de ser de simples alcance da teoria. (FERNANDES, 2005, p. 129). Citando Daniels, químico norte-americano, diz que “já passou a era da irresponsabilidade do cientista diante das consequências de seu trabalho”. (FERNANDES, 2005, p. 129).

Em decorrência, diz Florestan, “o hiato entre saber científico e o proceder prático tende a desaparecer”, vinculando esta tendência à ação nos moldes da ação planejada. Nesse processo, para ele, estaria o elemento constitutivo da “mudança cultural provocada”. Dirige, assim, a sua argumentação para a discussão do que seriam os elementos necessários a promover a mudança, bem como a leitura de qual seria o horizonte desejado para esta mudança: a sociedade democrática e a ruptura com o antigo sistema escravocrata e senhorial, o velho regime. A partir daí, seu texto conduz a discussão dos problemas educacionais brasileiros como o grande dilema nacional e que o planejamento e a ação coordenada poderiam ajudar a romper tais problemas, mesmo consciente dos limites dessa ação.

Para ele, estávamos num momento que nos colocava diante de novo “dilema nacional”,<sup>18</sup> ou, pelo menos, se reapresenta a partir da utilização de um novo referencial teórico, o das Representações Sociais. Como trabalhar na modificação dessas representações? Mudar as representações negativas sobre o trabalho docente resulta necessariamente em modificações na realidade representada? Como realizar a discussão nacional dos problemas identificados na pesquisa?

### **Refletindo sobre a questão da Mudança Social, o Planejamento e a presença de Minorias Ativas. O conflito.**

Restaria, ao pensar a questão da mudança social planejada, desenvolver uma discussão existente sobre Representações sociais e discutir o conceito de Minorias Ativas. Na tentativa de apreender o conceito de representações sociais, realizamos leituras, procurando percorrer a gênese do conceito e a forma como está fixado, hoje, na comunidade acadêmica. Tomamos, assim, o conceito de representações coletivas em Durkheim e a gênese do conceito de representações sociais a partir de Serge Moscovici, no processo de transformação dos estudos de Psicologia e em especial da Psicologia Social que se passaram a partir da 2ª. Guerra Mundial, mas anunciados desde a década de 1930, e as transformações que os mesmos sofreram nos anos 1980, com as discussões sobre o declínio do behaviorismo como única fonte de estudo da psicologia e de psicologia da aprendizagem. É interessante lembrar que, no interior mesmo dos estudos de comunidade e de relações raciais levados a efeito no projeto Colúmbia e no projeto UNESCO, elas já estavam presentes.

O ponto de partida de nossa leitura do conceito de Representação Social está em Denise Jodelet, com a compreensão de que entre os termos do processo de construção do conhecimento, se coloca o organismo que aprende. Para ela, o organismo se coloca sempre na produção das representações e também na produção da sua mudança.

A gênese dos estudos de representação aparece no texto de Durkheim, no Prefácio ao livro “As regras do método sociológico”. Reafirmando a existência dos fatos sociais como exteriores aos indivíduos, Durkheim procura seguir o que nas demais ciências, no caso, da Biologia, se entende como síntese, dizendo que “sempre que ao combinar-se distintos elementos originam por sua mesma combinação fenômenos novos, haveria que reconhecer que tais fenômenos emanam não mais dos elementos senão do todo formado” (DURKHEIM, 1991, p 14). Ao aplicar este princípio à Sociologia, entende que também a sociedade passa a ter uma natureza acima dos fatos individuais que produzem a síntese. E segue:

Desta maneira, e por uma razão nova, fica justificada a separação que fizemos entre a psicologia propriamente dita, ou a ciência do indivíduo mental, e a sociologia. Os fatos sociais e os psíquicos não diferem somente em qualidade, senão que têm outro substrato, não evoluem no mesmo meio, não dependem das mesmas condições. Isto não quer dizer que não sejam, de certo modo, psíquicos, pois todos consistem em maneiras de pensar ou fazer. Porém os estados da consciência coletiva não são da mesma natureza que os fatos da consciência individual: são representações de outra classe. A mentalidade dos grupos não é a dos particulares, e têm leis próprias. (DURKHEIM, 1991, p. 15).

No mesmo texto, Durkheim segue na explicitação da sua concepção de representações coletivas:

Com efeito: as representações coletivas manifestam como se reflete o grupo em suas relações com os objetos que os afetam... Para compreender

a maneira como a sociedade se representa a si mesma e ao mundo que a rodeia é preciso considerar a natureza desta sociedade, não a dos particulares que a compõem. OS símbolos sob os quais se auto-pensa mudam (...).(DURKHEIM,1991, p. 15).

Discorre ainda Durkheim sobre exemplos de formas de representação coletivas representativas dos diversos grupos sociais, totens e símbolos escolhidos para representá-los, etc.:

Porém, reconhecida esta heterogeneidade, [dos fatos e das suas representações], cabe perguntar-se se as representações individuais e as representações coletivas não se assemelham pelo fato de serem ambas representações. Os mitos, as lendas populares, as concepções religiosas de toda classe, as crenças morais, etc, expressam uma realidade distinta da individual; e que nas suas relações mútuas se comportassem como as sensações, as imagens ou as idéias nos indivíduos. (DURKHEIM, 1991, p. 16).

Negando isto, chama a atenção para a importância de que a psicologia social se desenvolve de modo a permitir uma comparação entre mitos, lendas e tradições populares, investigando “a maneira como as **representações sociais** [grifo nosso] se atraem e se excluem, se fundem ou distinguem entre si, etc”. (DURKHEIM, 1991, p 17)<sup>19</sup>

As postulações de Serge Moscovici sobre as representações, a partir do conceito proposto por Durkheim, buscam por em pauta as questões levantadas sobre a própria noção de sociedade como coletivo uniforme. A sociedade é multiforme, inicialmente conforme o tempo e o espaço, e no interior mesmo de cada local e cada momento histórico, ela se apresenta segmentada, de acordo com cada agrupamento humano e seus interesses.

As Representações Sociais seriam, assim, um caminho entre o mundo individual e o mundo social. Elas se apresentariam sob a forma de imagens, símbolos, modelos socialmente montados para caracterizar pessoas, situações e objetos. Mas podem também apresentar-se sob a forma de estereótipos e de preconceitos. Fixam determinada cultura, como modo de estar no mundo ou realidade comum, facilitando a comunicação entre os membros de determinado grupo, assim como determinado conjunto de saberes também pode expressar aspirações por mudança, por transformações das condições de vida dos grupos que as conformam. Desta forma, esta “cultura” não seria apenas uma herança coletiva dos antepassados, porque a participação dos indivíduos nos grupos e na sociedade é um papel ativo.

Isto é ainda mais presente se entendido que as representações sociais seriam uma preparação para a ação, tanto por conduzir o comportamento como por modificar e reconstituir os elementos ambientais em que o comportamento deve ter lugar. Não caberia, desta maneira, pensar o humano apenas sob o domínio ideológico, de instituições e classes sociais.

Outro aspecto interessante do pensamento de Serge Moscovici sobre a construção do conhecimento e das representações sociais estaria na discussão estabelecida por ele sobre a mudança social e a ação das minorias ativas. A mudança seria resultado de um processo de influência recíproca entre posição dominante (maioria) e posição dominada (minorias): No interior desse processo de influência, o pólo minoritário que, no contexto social somente tem reconhecimento e legitimidade através da submissão às normas, pode na realidade ser produtor de novas normas à sua maneira.<sup>20</sup> O que supõe o conflito, as possibilidades de negociação.

A mudança social, assim, vista como a luta entre as forças da conformidade e as forças da inovação, não se faz sem resistência e conflito. A sua discussão nos permite fazer um paralelo com os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia e nas formas de construção do novo. Veja-se que não é apenas o conceito de vanguarda, de dirigentes que, enxergando mais longe os problemas e as propostas para sua solução, se adiantariam na sua postulação e na preparação de ‘massas’ com as quais teriam uma relação de condutores, mas a própria multiplicação de grupos que, tomando consciência de problemas, organizam-se e se multiplicam para a sua solução.

Moscovici lembra que As representações sociais não apenas são relativamente difusas no senso comum, como também se apóiam sobre a autoridade da tradição. Ou apóiam-se também sobre a ciência.<sup>21</sup> Para ele, é insuficiente continuar a fazer o inventário de estereótipos ou comparar as atitudes que diferenciam os grupos discriminados. Necessário hoje são os meios de descobrir novas práticas para a construção do novo.

Portanto, na ótica de Moscovici, os preconceitos, estereótipos, discriminação, racismo são tratados sob a ótica das Representações Sociais. Isto porque se tem uma tendência em transformar as tensões nas relações com as minorias discriminadas em tensões entre classes sociais ou entre Estados. Na maioria dos lugares, as tensões originadas acabam por se transformar em formas de desigualdade. Para ele, os preconceitos, vistos como Representação Social, são crenças, e se elas não são submetidas a reflexões, isto significaria que são mantidas porque é do interesse dos crentes mantê-las. Assim,, os preconceitos teriam um sentido ético.<sup>22</sup>

### **Algumas considerações sobre o momento presente**

O aprofundamento do contato com o uso do referencial teórico das Representações sociais (RS) e a leitura do material produzido pelo grupo de pesquisadores do campo das RS no Brasil e em outros países nos permitiram avançar na discussão sobre o preconceito, a criação das diferenças e desigualdades e os critérios tomados para isto. Acostumada a realizar a análise das assimetrias diferenças e desigualdades a partir da História da Educação e da Sociologia, a teoria das RS permitiu abrir uma nova forma de analisar aqueles fenômenos, agora acrescentando o ponto de vista da interação entre sujeitos, grupos e coletivos maiores na produção, manutenção e principalmente a transformação dos fenômenos da vida social.

Foi possível, no âmbito da pesquisa, estabelecer pontes entre as análises que já vinham fazendo do processo de exclusão-inclusão das populações afro-descendentes e esta nova perspectiva. Os resultados da pesquisa nos permitiram não só confirmar a existência do processo como verificar a sua transferência para a própria profissão docente, representada como profissão de grupos subalternizados: mulheres, negros e pobres.

Diante destas considerações, que propostas podem ser feitas com relação a uma política de valorização do profissional da educação – pedagogos ou licenciados? A nosso ver, hoje se faz necessário retomar as discussões levantadas por Florestan Fernandes em seu texto “A Ciência Aplicada e a Educação como fatores de mudança cultural provocada”.

A responsabilidade dos estudiosos dos diversos campos do saber com a mudança, para Florestan, apontaria para a necessidade da articulação da pesquisa com a educação, no sentido de romper com o círculo vicioso; e a importância de um espaço permanente de articulação e discussão dos problemas, como o CBPE e os CRPEs e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas do MEC, dos anos 1950 e 1960, acontecendo de forma



descentralizada, regionalizada, demonstrando a possibilidade de um novo fazer pedagógico, com os resultados acompanhados e avaliados.

### Referências.

AZEVEDO, Thales. Fundação para o desenvolvimento da ciência na Bahia. Atuação no período de 1951 – 1965. Relatório de 1966. Bahia, 1967.

CORREIA, Mariza. A revolução dos normalistas. In: Cadernos de Pesquisa FCC. n. 66. Págs. 13 - 24, 1988

DURKEIM, Emile. Las Reglas del Método Sociológico. Prefácio à segunda Edição. 7ª. Edição. México: Premià Editora, 1991.

FERNANDES, FLORESTAN. A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.86, n. 212. Jan/abril de 2005. Pag. 125-161.

FERNANDES, Florestan. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo: Dedalus Editora, 1966.

FERNANDES, Florestan. Relações raciais entre negros brancos em São Paulo. São Paulo: ANHEMBI. Ano IV, no. 40, vol. XIV, março de 1954.

FERNANDES, Florestan. A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários. São Paulo: Ática, 1995.

GINSBERG, Aniela Meyer. Um inquérito sobre as atitudes de estudantes baianos em relação a diversos grupos nacionais e raciais. São Paulo: Boletim de Psicologia, Ano I, n. 4. Junho, 1950.

GINSBERG, Aniela Meyer. Pesquisa sobre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de cor. In ANHEMBI. São Paulo. Nº 39, vol XIII, fev. 1954.

GINSBERG, Aniela Meyer. Escolha do companheiro de carteira. Resultado de um inquérito entre escolares bahianos. In PSYKE: Revista Didática e Científica de Psicologia, Psiquiatria e Psicoanálise. Rio de Janeiro. Ano I, Nº. 3. 1947.

JODELET, Denise. (Org). As Representações sociais. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

LIMA, Hermes. Anísio Teixeira. O estadista da educação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LIMA, Rita de Cássia. Mudanças nas práticas sócio-educativas na FEBEM: as representações sociais de funcionários. In: Psicologia Social. Porto Alegre. V. 18, nº 1, Janeiro-abril. 2006.

MENEZES, Jaci. Anísio Teixeira: secretário da educação na Bahia. Ou: por que não se democratiza a Educação na Bahia? In: Cadernos IAT. Série Memória da Educação. Salvador. Nº. 02. Setembro de 1989.

MENEZES, Jaci. Em torno ao conceito de representações sociais: Gênese e articulações do conceito. In ORNELLAS, Maria de Lourdes (org). Representações Sociais: Letras imagéticas. Quarteto Editora, 2011.

MENEZES, Jaci. Relações raciais e a escola no Brasil. Relatório Final de Pós-doutorado. Fundação Carlos. Disponível em [www.fcc.org.br](http://www.fcc.org.br).

MENEZES, Jaci. Educação e mudança social programada: estudos sobre preconceitos, estereótipos e relações raciais no Brasil. In: MENEZES, Jaci; PAIVA, Marlúcia; AQUINO, Maria do Sacramento – História e Memória da Educação na Bahia: Fortalecendo redes de pesquisa. Salvador: EDUNEB, 2012.

MENEZES, Jaci. Representações sociais, preconceitos e discriminações: os estudos da psicologia social e da sociologia no Brasil da década de 1950. In PLACCO, Vera; VILLAS BOAS, Lucia Pintor; SOUZA, Clarilza Prado de Souza (Orgs.). Representações Sociais: Diálogos com a Educação. Curitiba:Champagnat Editora, PUCPR e Fundação Carlos Chagas. 2012.

MOSCOVICI, Serge. Preconceitos e representações sociais. In ALMEIDA, A.; JODELET, Denise (orgs). Interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas. Brasília: Thesaurus Editora. 2009.

NOGUEIRA, Oracy. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. Relações raciais no município de Itapetininga. In: ANHEMBI. Ano IV, número 41, vol XIV, abril. 1954.

TODOROV, Tzvetán. La conquista de América: La cuestión del otro. Mexico: Siglo XXI Editores, 1987.

VIANNA Filho, Luis. Anísio Teixeira: a polêmica da educação. Salvador, BA; São Paulo, SP: EDUFBA, EDUNESP, 2008.

## Notas

---

<sup>1</sup> Professora Plena da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Pós-doutorado na USP sobre Relações raciais e educação e Pós-doutorado na Fundação Carlos Chagas – FCC sobre Representações Sociais do Trabalho docente. Email: [jacimnz@uol.com.br](mailto:jacimnz@uol.com.br). Coordena a equipe da UNEB no Programa de Cooperação Acadêmica, liderado pela UNICAMP, com a co-participação da PUC-SP, e a UESB.

<sup>2</sup> Programa de Cooperação Acadêmica entre a Universidade Estadual de Campinas, SP; Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e Universidade do Estado da Bahia, com o apoio da CAPES, para analisar as políticas de Educação e Desenvolvimento para a Bahia e o Brasil no período histórico entre os anos de 1946 e 1964. Desenvolvido entre 2009 e 2012.

<sup>3</sup> Durante os anos de 1979, 1980, 1981 e 1982, na Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, especificamente na Fundação de Planejamento – Centro de Planejamento e Estudos do Estado da Bahia – CEPLAB, coordenamos a proposição e criação de um Grupo de Pesquisas sobre Educação na Bahia que teve como um de seus projetos o Projeto Memória da Educação na Bahia – PROMEBA. Um dos resultados do seu trabalho foi texto sobre a ação de Anísio Teixeira na Secretaria da Educação do Estado da Bahia, publicado pelo Instituto Anísio Teixeira em seu Cadernos IAT no. 02, de setembro de 1989.

<sup>4</sup> Paulo Carneiro foi pesquisador da área da Bioquímica, mundialmente premiado pela descoberta das utilizações medicinais do *curare*, planta utilizada pelos indígenas brasileiros.

<sup>5</sup> Viana Filho, Luis – Anísio Teixeira, a Polêmica da Educação.

<sup>6</sup> A referência a uma política de paz política conduzida por Octavio Mangabeira está presente nos parágrafos iniciais da sua última Mensagem à Assembléia Legislativa da Bahia, em fevereiro de 1951. É possível ler a Mensagem completa no Arquivo público do Estado da Bahia.

<sup>7</sup> Fonte: Fundação Getúlio Vargas, Re., AT 46-95-26-III – 24. Publicamos o texto completo em um capítulo de nossa responsabilidade no Cadernos IAT no. 2 - Série memória da Educação – publicado em setembro de 1989, intitulado “Anísio Teixeira, Secretário da Educação. Ou: porque não se democratiza a Educação na Bahia?” Pags 9 a 29.

<sup>8</sup> FGV Ref AT 46.05-26-III-28.

<sup>9</sup> Evento parecido sobre Arte Moderna havia sido realizada em 1948 sob a liderança de Jorge Amado, com igual resistência e oposição. Ver. Scaldaferrri, Sante. A arte Moderna na Bahia.

<sup>10</sup> Ver Relatório da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, 1966, que contempla o período de 1951 a 1965, pags 14 e 15.

<sup>11</sup> A Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia toma outros rumos e perde paulatinamente importância no conjunto das ações de planejamento do desenvolvimento no Estado da Bahia pela criação da Fundação de Planejamento Econômico - CPE; em 1966, é retirada da Secretaria da Educação e Cultura, indo para o âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia, sendo depois fundida com a CPE, tomando ambas, nos anos 1980, as características de instituições que faziam pequenas pesquisas para proposições de projetos econômicos.

<sup>12</sup> PIERSON, Donald. Pretos e Brancos na Bahia. Editora Nacional. 2ª. Edição, Rio de Janeiro, 1962.

<sup>13</sup> Wagley, Charles. Races et Clases dans Le Bresil Rural. UNESCO. Paris, 1952.

<sup>14</sup> Ver em BRANDÃO, Maria de Azevedo. **Recôncavo da BAHIA: Sociedade e Economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia Universidade Federal da Bahia, 1998. Nele, o capítulo de Luis de Aguiar Costa Pinto, intitulado RECONCAVO: Laboratório de uma experiência humana.

<sup>15</sup> Já em 1969, numa conjuntura um pouco mais favorável em que Luis Viana – seu ex-colega e biógrafo – está no governo da Bahia, são publicados dois relatos das experiências da Escola Experimental do INEP e do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, ambos assinados por Terezinha Éboli: Uma Escola Diferente e Uma experiência de Educação Integral. Este último retoma, ampliado, o artigo publicado na Revista Brasileira de Pesquisa Educacional pelo próprio Anísio Teixeira em 1958 e que serviu de base para a proposição do sistema educacional de Brasília então em construção.

<sup>16</sup> VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). Na Batalha da Educação. Correspondência: Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971). Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

<sup>17</sup> Em São Paulo ainda é realizado estudo de comunidade por Oracy Nogueira, que entende serem preconceitos de cor e de marca aqueles identificados. Acrescenta ainda observações sobre porque brasileiros e americanos teriam dificuldades em ver os preconceitos presentes na sociedade brasileira. Ver revista Anhembi, n. 41, vol XIV, de abril de 1954.

Usando a expressão de Florestan, tomada de Gunnar Myrdal, que discutia à época, o “Dilema americano”, a inclusão à cidadania com igualdade dos negros norte-americanos.

<sup>19</sup> Durkheim, Emile. Las Reglas del Método Sociológico. 7ª. Edição, Premià Editora: México, 1991.

<sup>20</sup> LIMA, Rita de Cássia. Mudanças nas práticas sócio-educativas na FEBEM: as representações sociais de funcionários. In: Psicologia Social. Porto Alegre. V. 18, nº 1, Janeiro-abril. 2006.

<sup>21</sup> Ver MOSCOVICI, Serge. Preconceitos e representações sociais. In ALMEIDA, A.; JODELET, Denise (orgs). Interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas. Brasília: Thesaurus Editora. 2009.

<sup>22</sup> Ver MOSCOVICI, Serge. Preconceitos e Representações Sociais. In ALMEIDA, A; JODELET, Denise (orgs). Interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas. Brasília:Thesaurus Editora, 2009.

Recebido em mar /2014

Aprovado em mar /2014